

Terça-feira, 07 de agosto de 2012

**EXPEDIENTE:** Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

**imprensa@sintrajusc.org.br**  
**www.sintrajusc.org.br**

Produção: Miriam Santini de Abreu  
(MTb 8077/RS)

Tiragem: 800 exemplares

**Nº 1125**

# Cinco motivos para parar amanhã e lutar por reajuste

Amanhã é dia de Greve no Judiciário Federal em Santa Catarina. A orientação da Fenajufe é que todos os Sindicatos construam com a categoria a deflagração da Greve por tempo indeterminado nesta primeira quinzena de agosto, garantindo que até o dia 15 todos estejam com suas atividades paralisadas. Leia e avalie a importância de aderir ao movimento:

\*Agosto é o mês crucial para garantir a inclusão dos valores do PCS na proposta orçamentária de 2013. 37 categorias do Executivo estão em Greve.

\*O STF tem até o dia **15 de agosto** para enviar sua peça orçamentária à Secretaria de Orçamento Federal do MPOG e até o dia **31 de agosto** o governo deve encaminhar a proposta final da LOA de 2013 para o Congresso Nacional.

\*O ministro Ayres Britto continua afirmando que está empenhado para buscar uma solução ao impasse, mas sabemos que até agora não há qualquer acordo por parte do Palácio do Planalto. Esse acordo só sairá se a categoria pressionar.

\*Neste dia 8 de agosto, a Greve do Judiciário Federal ganhará mais reforço com a entrada dos servidores de São Paulo e de Mato Grosso.

\*Desde a aprovação de nosso último reajuste, em junho de 2006, até junho de 2012, a inflação aumentou 37,91%. No mesmo período a arrecadação do governo federal cresceu acima da inflação. O problema é que a atual política do governo Dilma prejudica os servidores para beneficiar a especulação financeira. O orçamento de 2012 tem mais de 47% dos gastos destinados ao pagamento da DÍVIDA - juros, amortizações e refinanciamento. Em 2011, do total do orçamento, mais de 44% foram para o pagamento da dívida.

Por isso amanhã a categoria precisa se unir e paralisar as atividades. Quem lutou pelos outros três PCSs sabe que reajuste não vem de graça. Não dá para ficar parado, com o risco de ver 2013 passar sem revisão salarial, enquanto aumentam as metas, a cobrança por produtividade e as consequências para a saúde. **Pare no dia 8 e diga SIM à valorização do nosso trabalho!**

**Organize-se em seu local de trabalho.  
Informe o Sindicato sobre a adesão à Greve.  
Some força neste dia 8 e participe da Assembleia às 17h**

# Tribunais serão orientados sobre revisão anual de remunerações

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai recomendar aos tribunais que incluam a cada ano em seu orçamento dotação específica para a revisão geral anual de subsídios dos magistrados e servidores. A recomendação vai sugerir ainda que as Cortes adotem como sistemática o encaminhamento de projeto de lei ao Legislativo referente à revisão geral anual, a fim de viabilizar essa revisão.

## MEDIDA ESTÁ NA CF

A medida busca dar cumprimento ao artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, bem como a decisões já proferidas anteriormente pelo CNJ sobre a matéria. Em seu artigo 37, a Constituição garante aos servidores públicos e aos magistrados o direito à revisão geral anual de sua remuneração ou subsídio, sempre na mesma data e sem distinção de índices. A alteração deve ser feita por lei específica, observada a iniciativa

privativa da lei em cada caso.

Essa decisão foi tomada durante a 151.<sup>a</sup> sessão ordinária, realizada no dia 31 de julho, a partir de um pedido de providências da Federação Sindical dos Servidores Públicos no Estado do Maranhão (FESEP/MA). Relator do pedido, o Conselheiro José Lúcio Munhoz afirmou em seu voto que a matéria refere-se à gestão do Judiciário, "o que impõe a atuação do Conselho Nacional de Justiça, inclusive com a criação de mecanismos técnicos aptos a conferir efetividade a determinado normativo, especialmente quando se perquire tratamento uniforme a todos os servidores públicos e magistrados do Poder Judiciário".

Citando voto do ex-Conselheiro Walter Nunes da Silva Júnior, o encaminhamento do projeto de lei deve ser feito pelos presidentes dos tribunais, que detêm iniciativa de lei na matéria, "independente

mente da posição adotada pelo chefe do Executivo". O tema já havia sido objeto de debate no Conselho em 2010, quando foi julgado o pedido de providências número 0007259-27.2010.2.00.0000.

Na época, o plenário determinou que a Comissão de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do CNJ elaborasse nota técnica orientando os tribunais a incluírem a dotação no orçamento anual e encaminharem o projeto de lei para viabilizar a revisão.

Ao avaliar o pedido, o Conselheiro José Lúcio Munhoz entendeu que a edição de uma nota técnica não seria o instrumento adequado para o que era pretendido, por não se enquadrar nas hipóteses previstas no Regimento Interno do CNJ, e sugeriu então a edição de uma recomendação do CNJ, sugestão que foi acolhida de forma unânime pelos conselheiros presentes. *Fonte: CNJ*

---

**Curso tem  
inscrição  
até o dia 18**

O SINTRAJUSC está oferecendo aos filiados o Curso de Formação "Metodologia de Análise da Realidade", com Daniel Romero, do Instituto Latino-Americano de Estudos Sócio-Econômicos (Ilaese).

O curso será no dia **18 de agosto**, sábado, em Florianópolis, das 8h30 às 18h, e é aberto à categoria. Inscreva-se enviando e-mail para:

[administrativo@sintrajusc.org.br](mailto:administrativo@sintrajusc.org.br)